

Autores: Alvaro Pires

Sobre o sistema de governo

Depois de se reunir durante vinte dias com um grupo informal de constituintes, representando diferentes tendências políticas e partidárias, o senador José Richa (PMDB-PR) entregou finalmente ao relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, o projeto que resultou desse trabalho. Curiosamente, o projeto recebeu, na sua forma final, a sugestiva designação de «Hércules». Seria uma referência ao esforço dispendido pelo grupo, empenhado em elaborar um texto constitucional mais uniforme e coerente?

Sem dúvida, poderia ter sido essa a explicação. No entanto, quando optaram pela classificação «Hércules», que sobrevinha a «Ícaro», os assessores do senador José Richa haviam recorrido a um simbolismo político. Eles quiseram sugerir que, de todos os projetos, aquele era o mais forte de todos por representar o consenso entre dois grupos poderosos que se formaram na Constituinte: o dos 32, coordenado pelo senador do Paraná, e o do Consenso, articulado pelo vice-líder do PMDB na Constituinte, deputado Euclides Scalco.

Desde que se dispuseram a examinar mais detidamente o projeto, os integrantes desses grupos foram percebendo que as divergências verificadas na primeira fase da Constituinte não eram assim tão graves. Na maioria

dos casos, diziam respeito a parágrafos e artigos que, pelas suas características, estariam melhor colocados em lei ordinária a ser aprovada pelo Congresso também ordinário no ano que vem. Compete à nova Constituição apontar os caminhos que o País pretende seguir pelo menos até o final do século, ficando com a lei ordinária, sempre sujeita a alterações de curso, a tarefa igualmente importante de detalhar esses caminhos.

A surpresa seria ainda maior quando os dois grupos passaram à discussão dos temas — estes sim, constitucionais — considerados mais polêmicos, como a reforma agrária, o direito de propriedade, o conceito de empresa nacional. Chegou-se, na maioria das vezes, ao tão propalado consenso — e mesmo onde ele não foi possível, os pontos de dissenso acabaram reduzidos a quase nada.

Um tema, porém, chamaria a atenção pela sua complexidade: o sistema de governo, se parlamentarista ou presidencialista. As reuniões dos dois grupos serviram, entre outras coisas, para evidenciar a absoluta impossibilidade de um entendimento neste setor. Acima dos partidos e ideologias, os constituintes se dividiram irremediavelmente entre os que defendem o parlamentarismo, o presidencialismo e até um sistema misto de Governo, em que o presidente da República e o primeiro-ministro ocupam parcelas correspondentes

de poder. Ficava claro, a partir da reunião dos dois grupos, que a decisão sobre o sistema de Governo deverá ser remetida ao plenário da Constituinte, de onde sairá vitoriosa a fórmula que obtiver a maioria absoluta de 280 votos.

Os parlamentaristas estão certos de que poderão contar, hoje, com essa maioria; só não sabem se este quadro se manterá inalterado nos próximos três meses, até novembro, quando o projeto da nova Constituição for aprovado em segundo e último turno. Os presidencialistas comandados pelo líder do Governo, Carlos Sant'Anna, afirmam que não existe, pelo menos por enquanto, uma posição de favoritismo nessa disputa. Explicam os presidencialistas que o resultado de uma votação em plenário é imprevisível, porque a decisão sobre o sistema de Governo deverá ser determinado, em última instância, pelo desempenho da economia daqui a três meses: se o Plano Bresser conseguir superar o período crítico da flexibilização dos preços, a vitória do presidencialismo estaria assegurada.

A definição sobre o sistema de Governo passa a ser, portanto, o tema central desta fase decisiva da Constituinte. Se o plenário decidir, por exemplo, pela adoção do sistema parlamentarista, o próprio debate sobre a duração do mandato presidencial deixaria de existir, ou ficaria em condição secundária. Com a palavra, o ministro Bresser.